
EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA: DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA E TRANSFORMADORA¹

EDUCATION AND IDEOLOGY: CHALLENGES OF TEACHING GEOGRAPHY FOR THE CONSTRUCTION OF A LIBERTATING AND TRANSFORMING EDUCATION

EDUCACIÓN E IDEOLOGÍA: DESAFÍOS DE LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA PARA LA CONSTRUCCIÓN DE UNA EDUCACIÓN LIBERTADORA Y TRANSFORMADORA

Matheus Stangherlin²
Nilton José Capelozza³
Macon Douglas Ferrari de Oliveira⁴
Lourenço Magnoni Junior⁵

RESUMO: O presente artigo propõe uma breve reflexão sobre a construção de um sistema público de educação pensado e estruturado para perpetuar as desigualdades que há séculos são mantidas no Brasil. No momento atual, o avanço das políticas ultraneoliberais e conservadoras investem contra os programas educacionais públicos. Nesse contexto, a ideologia deve ser debatida, pois a educação não é neutra. No Brasil, a educação é universal, mas a qualidade não, perpetuando o dualismo que mantém as estruturas sociais intactas através da instrução voltada ao treinamento profissional para a maioria e uma educação para privilegiar os interesses dos segmentos mais abastados da nossa sociedade. Nesse sentido, busca-se debater, no presente artigo, alguns pontos considerados relevantes para pensar sobre como a educação brasileira vem sendo construída ao longo

1 O presente artigo é resultante do trabalho de conclusão desenvolvido por Matheus Stangherlin, Nilton José Capelozza e Maicon Douglas Ferrari de Oliveira na disciplina: Ensino da Geografia na Educação Básica, ministrada pelo Prof. Dr. Lourenço Magnoni Junior, no mestrado profissional do Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica da UNESP/Campus de Bauru – SP.

2 Licenciatura Plena em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jaú; Educador nas Escolas Estaduais Professora Nelly Colleone Ravagnolli e Antonio Ferraz. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/UNIVESP) – Campus de Bauru - SP. Pós-Graduação em Ciências Humanas e suas Tecnologias: Cidadania e Cultura, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Docência para Educação Básica da UNESP, Campus de Bauru – SP. E-mail: matheusstangherlin@gmail.com.

3 Licenciatura Plena em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jaú; Educador na Escola Estadual Professora Nelly Colleone Ravagnolli. Pós-Graduação Lato-Sensu em Gestão Escolar, pela FATECE – Faculdade de Tecnologia, Ciência e Educação. E-mail: niltonjcapelozza@gmail.com.

4 Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Sagrado Coração (USC), Bauru – SP, Pós-graduando em Metodologia do Ensino de História e Geografia, pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP). E-mail: ferrary.14@hotmail.com.

5 Licenciado em Geografia pelas Faculdades Integradas de Ourinhos - SP (1988). Mestre em Educação pela UNESP/Marília – SP (1999). Doutor em Educação para a Ciência pela UNESP/Bauru (2007). Docente/pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da UNESP Campus de Bauru – SP. Docente da Faculdade de Tecnologia de Lins (Fatec) e das Escolas Técnicas de Cabrália Paulista - SP e Rodrigues de Abres de Bauru - SP (Unidades de ensino do Centro Paula Souza). Membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Bauru (COMDEMA) e da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru – SP. Editor da Revista Ciência Geográfica. E-mails: lourenco.junior@pq.cnpq.br - lourenço.junior@fatec.sp.gov.br.

Artigo recebido em setembro de 2019 e aceito para publicação em novembro de 2020.

dos anos e vislumbrar possibilidades de contribuição que a Geografia, enquanto ciência que busca a melhor compreensão do espaço terrestre pode ter na formação do indivíduo, reconhecendo-se como agente transformador e não apenas um espectador desse processo.

Palavras-chave: Ideologia. Educação. Ensino de Geografia.

ABSTRACT: The present article proposes a brief reflection on the construction of a public education system designed and structured to perpetuate the inequalities that have been maintained in Brazil for centuries. At the present time, the advancement of ultra-neoliberal and conservative policies is investing against public educational programs. In this context, ideology must be debated, as education is not neutral. In Brazil, education is universal, but quality is not, perpetuating the dualism that keeps social structures intact through instruction aimed at professional training for the majority and an education to privilege the interests of the more affluent segments of society. In this sense, we seek to debate in this article some points considered relevant to think about how Brazilian education has been built over the years and, to glimpse possibilities of contribution of geography, as a Science that seeks a better understanding of terrestrial space can have in formation of the individual, recognizing himself as a transforming agent and not just a spectator of this process.

Keywords: Ideology. Education. Geography Teaching.

RESÚMEN: Este artículo propone una breve reflexión sobre la construcción de un sistema de educación pública diseñado y estructurado para perpetuar las desigualdades que se han mantenido en Brasil durante siglos. En la actualidad, el avance de políticas ultraneoliberales y conservadoras está invirtiendo en contra los programas educativos públicos. En este contexto, se debe debatir la ideología, ya que la educación es neutral. En Brasil, la educación es universal, pero la calidad no lo es, perpetuando el dualismo que mantiene intactas las estructuras sociales a través de la instrucción orientada a la formación profesional de la mayoría y una educación para privilegiar los intereses de nuestra sociedad. En este sentido, buscamos debatir en este artículo algunos puntos considerados relevantes para reflexionar sobre cómo se ha construido la educación brasileña a lo largo de los años y, vislumbrar posibilidades de contribución del espacio terrestre, formación del individuo, reconociéndose a sí mismo como agente transformador y no solo como espectador de este proceso.

Palabras clave: Ideología. Educación. Enseñanza de Geografía.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UMA EDUCAÇÃO PARA POUCOS

A educação brasileira caracterizou-se, ao longo da história, como privilégio para poucos, inviabilizada à população trabalhadora e majoritariamente pobre, servindo principalmente para capacitar os indivíduos nas operações ligadas à indústria e atender ao modelo capitalista dominante. Esse processo torna-se explícito nos baixos índices de qualidade da educação nacional, retratando a ineficiência do ensino na rede básica educacional e, também, quando se observa a formulação das diretrizes que reduzem e simplificam cada vez mais as áreas de estudos voltadas ao ensino de humanas, como é o caso da Geografia.

No Brasil, em termos de história, Educação pública pode ser considerada algo recente. Como colônia, coube aos missionários jesuítas o papel de criar o primeiro ciclo educacional brasileiro, que fora feito para consolidar a catequese dos índios, e depois dos negros, e garantir a ocupação territorial, sem que a metrópole tivesse que mobilizar grandes contingentes militares. Segundo Rocha (2010), a educação jesuítica se estende até meados do século XVIII, coincidindo com a morte do Padre Manoel da Nóbrega. Até final da década de 1750, os jesuítas seriam expulsos da colônia, não por questões ligadas às metodologias de ensino, mas porque a Metrópole entendia que eles estavam disputando poder, pois o próprio Padre Manoel da Nóbrega passa a defender a ideia de posse de terras e escravos para a Companhia de Jesus.

Ainda em 1772, conforme Rocha (2010), com as Reformas Pombalinas, após a expulsão dos jesuítas, o Marquês de Pombal criou o subsídio literário, com o objetivo de prover recursos para financiar um sistema de aulas régias com o intuito de garantir a manutenção de aulas de ler e escrever para os colonos brancos e livres. Enquanto isso, na Europa, a ascensão do pensamento liberal já permitia a discussão do papel político, a laicidade e os fundamentos ideológicos dos sistemas educacionais. Foi apenas com a fuga da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, que se iniciou um esboço de um sistema de ensino no País. O desdobramento da presença da realeza portuguesa por aqui, seria a elevação do País à condição tardia de vice-reino, um ciclo histórico, que teve como principal resultado a Proclamação da Independência feita por Dom Pedro, um príncipe herdeiro da coroa portuguesa, que ao assumir o poder, manteve-se atrelado os interesses metropolitanos. Conforme observa Magnoni Junior (2001), ainda que alguma mudança na estrutura social ocorresse, ela se dava apenas para camadas específicas da sociedade:

No Brasil, só a partir de 1870, alguns valores modernos começaram a se manifestar de modo mais abrangente nas relações sociais das pequenas camadas dominantes, constituída de gente branca, livre e proprietária de bens e escravos para realizar o trabalho necessário em suas atividades produtivas e rentáveis. Naquele período, o império brasileiro ainda prosseguia com seu secular modelo extrator de recursos naturais, exportador de poucas variedades agrícolas e importador de qualquer de equipamentos e de produtos processados, fosse para comércio, para finalidades produtivas, ou de uso doméstico e pessoal. (MAGNONI JUNIOR, 2001, p. 43)

Mesmo com transformações políticas consideráveis, a estrutura fundante da sociedade era preservada para manutenção dos privilégios. Segundo Gomes (2013), a Proclamação da República em 1889 foi mais um ato de revanche, do que um projeto político e econômico para modernizar o Brasil. Mesmo que uma diminuta parcela bem intencionada e instruída da nova elite republicana desejasse o rápido ingresso do Brasil no palpitante mundo moderno, ela não ocorreu durante a última década do século XIX, e tampouco, durante as três décadas iniciais do século XX. Época denominada pelos historiadores como era da República Velha conflitante, regida pelos valores remanescentes do período imperial, que permaneceram impregnados no cotidiano cultural das diversas camadas da população, e, também, entre os estamentos dirigentes do País.

No início do século passado, a luta pelo acesso das camadas trabalhadoras à escolarização figurou no Brasil como princípio fundamental para vários movimentos sociais de índole moderna e democrática ou de origem popular, diante da omissão contínua dos governos

oligarcas em assumir a responsabilidade pelo ensino e a educação pública num país com grande número de analfabetos. Ao atrair para o movimento operário a tarefa de formar os trabalhadores de suas categorias, os sindicatos reforçaram, involuntariamente, a disposição negligente das elites de não oferecer ao povo um sistema público e universal de ensino.

A Reforma Francisco Campos (1931-1941) instituiu um modelo de educação pública dual composto por uma escola para os ricos (formação de personalidades condutoras) e uma escola para os pobres (formação profissionalizante). A reforma era necessária porque o Brasil precisava acelerar o processo de industrialização tardio, seguindo a orientação taylorista/fordista promotora da divisão entre capital/trabalho e da separação entre as atividades de concepção/execução (trabalho intelectual/manual).

Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, buscando diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas em matéria de educação e a Constituição de 1934 inaugurou objetivamente uma nova política nacional de educação, ao estabelecer o Plano Nacional de Educação.

Com o Movimento dos Pioneiros pela Educação, surge a ideia de democratização do sistema educacional, com preceitos da Escola Nova. Para Palma Filho (2010), o movimento buscava criar um esboço de um sistema educacional, mas esbarrava nos interesses da elite que mantinha o poder central mesmo após o fim da República Velha, cujas ordens religiosas educadoras eram donas dos primeiros sistemas de ensino no País.

A Reforma Gustavo Capanema (1942-1961), manteve a dualidade na educação pública da Reforma Francisco Campos (1931). Porém, instituiu a Equivalência de 1º Ciclo através da Lei 1076/1950 e de 2º Ciclo por meio da Lei 1821/1953. Com ela, o aluno formado no curso técnico, poderia fazer a equivalência nos Institutos de Educação para ingressar no ensino científico ou clássico. A Reforma Gustavo Capanema foi responsável pela criação do sistema Senai em 1942 e do Senac em 1946.

No ano 1961, foi promulgada a Lei N.º 4.024 (1962 a 1971), sendo a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional instituída no Brasil. Pela primeira vez na história da educação brasileira, a legislação educacional reconhece a articulação completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos.

Entretanto, com o Golpe Militar de 1964, para atender as demandas de processo de industrialização em curso, implementa-se tendências pedagógicas voltadas à formação de mão de obra para sustentação do modelo político e econômico, elaborado pelos militares, para inserir o Brasil no contexto do projeto de dominação dos EUA sobre os países subdesenvolvidos, surgindo o milagre econômico (1969-1973) que provoca a submissão total da economia brasileira aos ditames do grande capital monopolista internacional.

Na esteira do milagre econômico/anos de chumbo (período mais repressivo dos governos militares), a Ditadura Militar instituiu a Lei 5.692/71 (1972 a 1982) para substituir a equivalência estabelecida pela Lei N.º 4024/1961, pela profissionalização compulsória do ensino de 2º grau, voltando novamente a dualidade no sistema de ensino brasileiro.

A principal finalidade da profissionalização tecnicista do ensino de 2º grau promovida pela Lei N.º 5.692/71 era “preparar” mão-de-obra “especializada” (treinar comportamentos, baseado na teoria Behaviorista, do norte americano B.F. Skinner), com o objetivo de atender as necessidades do processo de desenvolvimento, articulado e comandado pelas empresas multinacionais e, por meio da reforma universitária, conter as demandas dos estudantes secundaristas ao ensino superior, que havia marcado fortemente a organização estudantil no

final dos anos 60. O acordo MEC/USAID torna o livro didático e as apostilas como principais instrumentos de ensino para professores e alunos do ensino de 1º e 2º graus.

Segundo Saviani:

Em 1971, vem a Lei n. 5.692, com a tentativa de profissionalização universal do ensino de 2º grau. A influência tecnicista, então impõe-se; é na década de 1970 que o regime militar tenta implantar uma orientação pedagógica inspirada na assessoria americana, através dos acordos MEC-USAID, centrada nas ideias de racionalidade, eficiência e produtividade, que são características básicas da chamada pedagogia tecnicista (SAVIANI, 2012, p. 77).

A educação na Ditadura Militar se caracterizou pela ideologia do “ter” trabalho. A dualidade da educação nacional promovida pela Lei N.º 5.692/71, foi “suplantada” pelo Parecer 76/75 e pela Lei 7.044/82, dando caráter optativo a profissionalização do ensino.

Nesse sentido, a educação mantém seu papel de construção social que atenda aos interesses dominantes, diametralmente opostos ao papel que se quer em uma sociedade justa. Ainda, legítima a desigualdade de maneira sutil e cumpre o papel de dominação, ou seja, instrui-se a classe trabalhadora a um nível precário apenas para serem agentes passivos no contexto social que se consolidava e se expandia. Assim, esses sujeitos mantinham sua formação educacional apenas para servir como peças nos processos de produção da sociedade moderna industrial e urbana.

A não efetividade de um projeto de Estado para educação nacional com caráter libertador, que de fato promova formação integral da classe trabalhadora, traz retrocessos e consequências quase irreversíveis em toda a sociedade nacional. O Brasil ancorou-se num tempo pretérito, o século XIX, não se importando com a implementação de Políticas de Estado para um complexo sistema de ensino, simplesmente atendendo demandas de interesse das classes dominantes. Construiu-se uma educação universalizada, porém que reforça à classe popular sua condição de oprimida, ou como diz Freire (2011) mantendo homens no mundo e não com o mundo.

A constituição de 1988 garantiu a democratização da Educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 123).

Mas o que se questiona é a qualidade que se oferece especialmente às camadas mais vulneráveis da sociedade. Se de um lado o Estado garante acesso para todos, por outro negligência a qualidade justamente com baixos investimentos e com políticas que desmontam esse sistema.

Além disso, o avanço do capitalismo em seu estágio liberal e posteriormente, neoliberal, tem acarretado desde então, diminuição dos investimentos do Estado destinado à educação, mesmo com a crescente demanda por parte da sociedade, devido ao aumento populacional e intensificação do desenvolvimento tecnológico.

O investimento é fator crucial para o desenvolvimento intelectual, político e social no país. No entanto, nos padrões do neoliberalismo, esvazia-se o conhecimento formal, técnico-científico e tradicional, essenciais na formação do homem, dessa forma, diminuí-lo é algo estratégico.

Um claro exemplo disto é a construção do currículo, que com o passar dos tempos vem sendo esvaziado, passando pela criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, feito sem a participação efetiva dos profissionais da educação até chegarmos à Base Nacional Comum Curricular, homologada em Abril de 2018 que contou com a participação em sua confecção com diversas entidades do mundo empresarial, tais como Instituto Airton Senna, Instituto Natura, Fundação Bradesco, entre outros, conforme explica Padilha, Pucci e Rodrigues (2017).

Nesse ponto, é importante pensar sobre o ensino da Geografia, enquanto ciência que estuda o espaço geográfico, as relações humanas e as relações humanas com a natureza. Faz-se necessário, a partir do olhar crítico sobre este, compreender as contradições impostas para desenvolver o conhecimento de maneira mais ampla possível e estimular reações a essas desigualdades de oportunidades e, de certa forma, determinismo, imposto pelo sistema, especialmente às camadas mais pobres da sociedade. Como diz Pontuschka, Paganelli e Cacete,

Como ciência humana, pesquisa o espaço produzido pelas sociedades humanas, considerando-o como resultado do movimento de uma sociedade em suas contradições e nas relações estabelecidas entre os grupos sociais e a natureza em diversos tempos históricos (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2009, p. 37).

Compreende-se assim, que toda essa construção social alinhavada pelo sistema educacional não é ao acaso. Pelo contrário, ela é carregada de intencionalidade e de propósito de manutenção de um modelo que atende a parcela dominante da sociedade.

Nesse caso, segundo Barbosa (2010), o ensino da Geografia é um desafio, pois afronta valores da sociedade capitalista de individualismo e competição com valores de solidariedade e coletividade.

No contexto do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, processo que pode ser traduzido como globalização, a abordagem geográfica torna-se crucial. Enquanto ciência pautada na compreensão do espaço como um todo, possui papel fundamental na construção da capacidade que os sujeitos devem ter de observação crítica e de luta para a ampliação dos investimentos necessários para que a educação possa atender de fato seu papel de transformação social.

A educação e a sociedade não têm sentido se não estiverem vinculadas entre si para a promoção do homem, pois tem a condição de desenvolver a autonomia do ser humano. A conscientização humana passa também pela capacidade para enfrentar o egoísmo existente, fruto do individualismo exacerbado pela sociedade capitalista.

A sociedade ocidental capitalista tem como regra o individualismo, trata-se de uma sociedade fomentadora dos valores individuais, solitários e egoístas, tendo a competição como mola propulsora e organizadora da sociedade (BARBOSA, 2010, p. 24).

Este é o catalisador do ideário que domina a sociedade e que justifica a desigualdade de maneira que não se questione todo o processo histórico de exclusão e de falta de oportunidades para as classes desfavorecidas. Condiciona assim o fracasso ao indivíduo e não às condições históricas que não possibilitaram a ascensão social dos trabalhadores.

Reforçando a ideia de que a Geografia é fundamental na formação do indivíduo, devemos estar atentos e, assim, também compreender os motivos pelos quais esta, assim como outras Ciências Humanas, são esvaziadas quando da elaboração e estruturação do currículo escolar.

O espaço é organizado objetivando o lucro, as pessoas vivem, em grande número, centradas na possibilidade do êxito da acumulação de riquezas. Ao pensarmos, objetivamente, o sentido da vida na sociedade capitalista, deparamos com o direcionamento da mesma para o consumo, o ser humano tornou-se uma coisa, um ente que consome, sendo classificado socialmente a partir de sua capacidade econômica de consumir (BARBOSA, 2010, p. 24).

A sociedade brasileira é desigual, por intencionalidade, marginalizada e ausente de políticas educativas que contornem o cenário de fragmentações emergido pela omissão do Estado.

O que reforça nossa percepção de intencionalidade é a perspectiva de que, se fosse garantida a democratização associada a qualidade da educação, seria possível ter a melhor compreensão da construção dos tecidos sociais que formam essa sociedade. Assim, não seria plausível aceitar tamanha desigualdade na oferta de oportunidades. O Brasil, como um todo, precisa da educação de um espaço real vivido, de plena transparência do saber de espacialidades, da educação conectada a um projeto de formação humanitária e de conceitos colaboradores da promoção da cidadania e das muitas demandas dos sistemas contemporâneos de produção material e simbólica. Essa concepção reforça a ideia de formação mais abrangente dos indivíduos, pois os impactos o são, no que tange a construção e transformação do espaço geográfico, não apenas nas relações humanas, mas também na apropriação dos recursos naturais.

Temos que formar profissionais e cidadãos preparados e comprometidos com a construção de um projeto de sociedade resiliente capaz de desenvolver o meio econômico e ambiental, impedindo a degradação da natureza e combatendo a exclusão social, intelectual e digital (MAGNONI JÚNIOR, 2018, p. 192).

A abordagem desses temas é bastante complexa, portanto, contemplá-los também não é simples e poderíamos considerar que políticas voltadas à educação pública de qualidade seria um caminho importante para superação das desigualdades.

Em um país, em que as políticas públicas promotoras de justiça e igualdade social são intencionalmente deixadas de lado e a educação tem caráter mantenedor nesse ciclo, a complexidade é ainda maior. Barbosa (2010) salienta que, ensinar Geografia é um desafio, pois significa promover ideias críticas apartadas dos perigos ideológicos, buscando a visão mais ampla possível. Enfatiza também, que a consciência de classe se dá por meio da compreensão do espaço, do território, das mudanças nas paisagens, além de fomentar a ideia de que todos somos seres interligados e de que sofremos as consequências dos problemas oriundos do espaço. Essa conscientização seria um caminho a ser seguido para a tentativa de superação de algumas dessas questões.

BREVE DEBATE SOBRE O CONCEITO DE IDEOLOGIA

Como conceito, a ideologia está ligada à construção cultural dos seres humanos, especialmente no que diz respeito à possibilidade de dominação e de reprodução de relações de produção e que por consequência, influenciam as relações sociais. Sendo assim, pode e deve ser analisado a partir de várias perspectivas, pois sua definição é complexa.

Entretanto, é muito importante analisar além das generalizações. No senso comum, o conceito de ideologia está fortemente associado aos movimentos e reivindicações trabalhistas das muitas categorias laborais da atualidade, aos direitos previdenciários e sociais,

ao socialismo e comunismo. Dá-se caráter de neutralidade, por exemplo, ao pensamento conservador cristão, cuja competição pelo promissor mercado da fé provoca intensa disputa de narrativas, que hoje alcança a população por abundantes canais midiáticos.

Lowy (2010) descreve várias perspectivas de abordagem para o conceito de ideologia, o que implica grande complexidade para o debate, pois elas podem representar visões de mundo que legitimam determinadas realidades que sedimenta a estrutura social tal qual interessam às classes dominantes.

Um exemplo bastante significativo é a crise geradas pelo avanço do ultraliberalismo econômico. No Brasil do golpe de 2016 e da era Bolsonaro, o agravamento da crise econômica, política, ambiental, cultural e social tem assolado as populações pobres e os estratos menos abastados da classe média. Perante o considerável grau de alienação e de inércia, a ideologia política e religiosa neoconservadora ultraneoliberal avança consideravelmente sobre as camadas sociais mais pobres e na classe média sem que seja tratado como construção ideológica. Estamos assistindo um crescimento vertiginoso das “religiões de mercado” (ou ultraneoliberalismo religioso), que estão expandindo sem quaisquer escrúpulos os seus negócios da fé.

Para Magnoni e Magnoni Júnior (2010), essas “religiões” se expandem por meio de redes de templos franquados, sem que a sociedade e o Estado possam estabelecer parâmetros e instrumentos para avaliar e coibir as suas ações obscuras. Se utilizam de artifícios “teológicos” nada convencionais para manipular fiéis segundo seus interesses e de seus associados, principalmente contra as propostas políticas progressistas que visam à transformação da sociedade e a consolidação de um Estado Democrático de Direito forte e desenvolvido, sob um viés ideológico que impõem que tais ideias atentam contra a fé e a moral.

Dessa forma, essa ideologia descrita, identifica tudo que é oposto a ela também como construção ideológica e por isso as combatem. O que fortalece a estrutura de sociedade capitalista e de exploração, pois as relações sociais são baseadas nos valores considerados válidos e universais para os seus interesses, e todos aqueles, indivíduos ou setores sociais, que contestam a veracidade de tais narrativas hegemônicas, são possuidores de ideologia de esquerda, ou que, simplesmente, se utilizam de argumentos ideológicos, impedindo o debate e a construção de novas ideias.

Na opinião de Magnoni e Magnoni Júnior (2010), ecos medievais ressoam em pleno século XXI, herança perniciosa de um fundamentalismo religioso que no passado, entre outras coisas, concebeu a inquisição e legitimou em nome da cristianização dos povos denominados “pagãos”, a escravidão e o massacre de milhões de nativos das novas terras invadidas e ocupadas pelos europeus.

Observa-se uma expansão desmedida de um mercado religioso ultraneoliberal tremendamente ambicioso, agressivo e obscuro, que utiliza ferramentas de sedução e convencimento de novos fiéis por meio da inculcação do medo do satanismo, do evangelho da prosperidade, do criacionismo e até da ideologia do terraplanismo para promover principalmente, entre os segmentos sociais mais pobres e culturalmente vulneráveis, o retrocesso das concepções modernas, laicas e emancipacionistas da sociedade brasileira e mundial.

São religiões ou seitas que alimentam o conformismo com as contradições persistentes no contexto brasileiro, de resignação com as mazelas ampliadas pela ordem da economia globalizada ultraneoliberal que aprofunda o desmonte do Estado e a destruição das políticas públicas.

Na visão de Magnoni e Magnoni Júnior (2010), a razão está sendo substituída pela emoção, à essência pela aparência e o concreto pelo artificial. O pedaço do “paraíso” está sendo vendido a prestações, no varejo e por metro quadrado. Quanto maior for o dízimo

prego, maior poderá ser a metragem “adquirida”. Algo que já aconteceu na história das religiões, quando havia venda de indulgência para alcançar o milagre e ao sobrevir a tomada de consciência, os fiéis romperam com a igreja, que precisou se readaptar.

De maneira geral, o que está claro é que essa multiplicação de narrativas com grande poder de abrangência, já é uma construção ideológica, utilizada pelas classes dominantes que buscam constantemente impor seus discursos conjunturais ou estratégicos para a manutenção do seu *status*.

Magnoni e Magnoni Júnior (2010) afirmam que é preciso lutar contra o avanço da ideologia do retrocesso e do caos e a favor da construção de um Estado e de uma escola pública democrática, republicana, laica e de qualidade social para construir pessoas conscientes, emancipadas (autônomas), livres, criativas, proativas, ousadas, inovadoras, transformadoras e defensoras dos ideais da democracia consagrada na célebre expressão grega como “um governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Está proposto aqui uma visão a partir do pensamento de Marx e Engels (2001), atrelando esse conceito à determinação das relações sociais. O que insere nessa discussão, questões relacionadas a outras formas de dominação, que não acontecem só por meio ideologia relacionada a fé cristã, mas também pelas relações de trabalho. Pois, para manter a organização social como está e impedir a consciência de classe é preciso que haja, novamente, o convencimento e a manipulação de massas, algo que pode ser desenvolvido a partir do pensamento de Weber (2010) como a vocação profissional. Em sua obra que busca compreender as amarras do capitalismo, diz que o trabalho deve ser visto como um desígnio divino.

A vocação é aquilo que o ser humano tem de aceitar como desígnio divino, o qual tem que se dobrar – essa nuance eclipsa a outra ideia também presente de que o trabalho profissional seria uma missão, ou melhor, a missão dada por Deus (WEBER, 2010, p. 77).

Considerando que a questão de classe deve ser ponto central para a superação das contradições, pode-se perceber a complexidade e multiplicidade de valores que são desenvolvidos a partir da construção ideológica. É fundamental compreendermos que a luta de classes existe e persiste porque também persistem os diferentes interesses e relações econômicas e sociais.

Dessa forma, segundo a perspectiva marxista, busca-se diluir e descaracterizar a consciência de classe dos trabalhadores, que é uma ferramenta importante para a disputa ideológica contra hegemônica, necessária para a emancipação cultural e ideológica das camadas sociais dominadas, e para a superação das profundas desigualdades econômicas, que degradam as condições de vida de grandes parcelas das populações de diversas nacionalidades.

As muitas e distintas camadas sociais de trabalhadores se deparam com sua consciência de classe cada vez mais tênue e comprometida pelos processos contínuos de alienação e de aburguesamento. Um exemplo disso foi a evolução tecnológica havida desde o início dos primeiros ciclos de industrialização, perdurou a desigualdade econômica nas sociedades capitalistas (retrógradas ou mais avançadas), e se acentuaram com a informatização da automatização fabril.

Os computadores possibilitaram, além da automatização do trabalho industrial, também automatizar a produção intelectual e os muitos tipos de serviços urbanos. Os novos recursos informatizados permitiram aumentar a produtividade individual dos trabalhadores. A pandemia do Covid 19 está acelerando a inclusão do teletrabalho, uma nova categoria extremamente

produtiva, praticamente desregulamentada e desterritorializada e, por isso com baixa remuneração e proteção laboral - incrementou a multiplicação das categorias de apropriação do trabalho não pago (ou seja, ampliaram exponencialmente a extração de mais-valia); tais evoluções sistêmicas também aumentaram progressivamente a exclusão de pessoas, tanto as bem formadas profissionalmente, quanto àquelas sem formação especializada.

Portanto, ao contrário do que é dito pelos meios burgueses de comunicação e, também, de educação, continua sendo essencial que os trabalhadores sustentem a luta para se libertar dessa falsa consciência, um passo indispensável para conquistar sua liberdade, como diz Marx, “enquanto existência histórica universal dos indivíduos ligado à história universal” (MARX; ENGELS, 2001, p. 33).

Para tanto, faz-se necessário superar a alienação, que é o resultado da divisão do trabalho e da exclusão econômica e cultural dos trabalhadores, pois o que representaria a superação dessa falsa consciência e a introjeção de uma consciência de classe seria representada pela liberdade para construção de uma sociedade comunista com o objetivo de:

(...) na sociedade comunista, em que cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode se aperfeiçoar no ramo que lhe agrada, a sociedade regulamenta a produção geral, o que cria para mim a possibilidade de hoje fazer uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar a tarde, cuidar do gado ao anoitecer, fazer crítica após as refeições, a meu bel-prazer, sem nunca me tornar caçador, pescador ou crítico (MARX; ENGELS, 2001, p. 28).

Ao contrário disso, Marx e Engels (2001) diz que a ideologia dominante é justamente a criação de uma falsa consciência para aprisionar o proletariado. Salienta, ainda, que é necessário justamente construir uma contraideologia capaz de libertar a classe trabalhadora do jugo da classe dominante, ou seja, da ideologia dominante. É através desta que a dominação se realiza de fato. Os que detêm a capacidade de influenciar as massas impõem os seus interesses de maneira fácil, manipulando dados, e criando fatos que gerem nas pessoas necessidades, angústias, falsos valores e moralismos inócuos. Nesse sentido, a ideologia é um forte instrumento de dominação.

A burguesia se utiliza dessa construção para dizer que o seu sentido oposto é que é o ideológico. Assim, acusa aquele que se defende dos seus contínuos e abrangentes bombardeios ideológicos, de utilizar mecanismos aos quais ela própria se utiliza, frequentemente para alienar e dominar as diversas camadas sociais. A ideologia enquanto falsa consciência, depende do grau de alienação dos indivíduos e da coletividade exposta aos seus ataques. Ideia que também é observada em relação ao discutido anteriormente, da utilização da fé e da religião.

A partir disto, é importante lembrar que o ponto central do pensamento de Marx está no trabalho, pois “os indivíduos são dependentes das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2001, p. 11).

As relações de trabalho, que também são históricas determinarão as relações sociais. A alienação do trabalho é fundamental para manter o domínio e a não reflexão sobre as práticas e as relações sociais. A classe dominante oculta os seus propósitos e a disseminação das ideologias os naturalizam.

Consoante Marx,

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal (MARX; ENGELS, 2001, p. 10).

O rompimento desse ciclo se daria, segundo o filósofo, a partir da práxis revolucionária por parte do proletariado, que ocorreria tendo como base o conhecimento teórico, o qual permitiria realizar escolhas conscientes. Essas escolhas se dariam de maneira que o sujeito romperia com sua atividade alienadora e tornaria seu produto de trabalho algo não estranho aos seus propósitos e objetivos.

Diferente de Marx, a perspectiva durkheiminiana, não identifica uma falsa consciência, mas uma consciência coletiva que atua sobre a sociedade, que ele chamará de fato social. Não significa que Durkheim desconheça ou ignore as contradições existentes nas sociedades. Pelo contrário, ele as reconhece, porém, livre de juízo de valor, justificas como algo estrutural. Não há inatismo, mas uma construção social.

Destarte, se isso não se reproduzisse, sem essa força coletiva se vê a que se reduziria o homem se retirasse tudo quanto a sociedade lhe empresta: retornaria à condição de animal (DURKHEIM, 1975, p. 54).

A linha estruturalista de Durkheim se ampara, pois, a partir de seu pensamento, a ciência deve ser neutra e as forças sociais se rearranjarão de modo que estruturasse a sociedade de maneira que as diferenças fizessem parte da sociedade. Segundo o sociólogo, “a ciência estuda os fatos para conhecê-los, e tão somente para conhecê-los, de modo absolutamente desinteressado” (DURKHEIM, 1975, p. 60).

Há outro grande diferencial entre Marx e Durkheim, pois o segundo, ao contrário do primeiro, desconsidera a práxis social e entende como construção social normal as contradições existentes na sociedade capitalista.

Louis Althusser (1983), outro pensador marxista, rompe com este no que diz respeito à ideologia, pois, para ele, esta só se daria no campo das ideias, enquanto a realidade produz consciência. Conforme o sociólogo, esse fenômeno deve ser estudado no campo material, no conjunto das práticas materiais necessárias para a reprodução das relações de produção.

O homem vive em sociedade, pois é assim que ele produz cultura. A produção de cultura está relacionada, segundo Marx e Engels (2001), a transformação dos recursos em produtos para atender suas necessidades. Assim, o homem transforma a natureza infinitamente de forma intencional e planejada.

Diante do exposto, é importante refletir sobre o papel da educação nessa sociedade, construída a partir de uma ideologia que produz e mantém a alienação como forma de dominação. Nesse sentido, temos como opções a educação como essa reprodução neutra do conhecimento ou baseada na práxis, contribuindo para uma construção social libertadora.

O ENSINO DE GEOGRAFIA CRÍTICO-REFLEXIVA PARA CONTRAPOR A ONDA CONSERVADORA NO BRASIL

Aqui no Brasil, uma das grandes falácias dos últimos tempos, diz respeito ao precarizado sistema público de ensino. O debate foi um dos pontos centrais da campanha eleitoral de 2018 (bem como em tantos outros espaços de debate), que culminou com a vitória do candidato defensor das ideias ultradireitistas/conservadoras e ultraliberais, Jair Bolsonaro. Tal falácia diz respeito a uma tese de que há doutrinação no sistema de ensino

público que, segundo tal discurso, as práticas educativas vigentes seriam puramente ideológicas, com o único objetivo de formar um exército de comunistas que implantaria uma ditadura no país. Leia-se, nesse contexto, que ideologia seria apenas aquilo que contrapõe ao *status quo* capitalista.

Dentro desse pretense processo de doutrinação educacional, estaria ainda, segundo os mesmos propagadores do discurso corrosivo, uma educação enviesada à esquerda, além de estímulo a questões relacionadas à sexualidade. Esse segundo ponto, inclusive, que tornou uma pauta de grande importância para uma significativa parcela da população, que atingiriam a integridade dos valores e costumes da autocaracterizada “tradicional família brasileira”. Aliás, esse conceito de tradicional família brasileira é carregado de valores sociais de caráter burguês.

Nesse contexto, as escolas estariam incentivando seus alunos a terem experiências homossexuais, bissexuais ou quaisquer outras ações que porventura ferissem a integridade moral ou a orientação sexual dos membros das famílias.

Esse modelo de ataque ao sistema de ensino vem alicerçado em uma onda ultraconservadora medieval que surge nos Estados Unidos da América denominada “*no indoctrination*”, de onde, segundo Padilha, Pucci e Rodrigues (2017), os brasileiros ligados ao Projeto Escola sem Partido tiraram sua inspiração inicial para criar algo semelhante. Na perspectiva da Geografia, Barbosa (2010) fomenta a ideia do fortalecimento de uma educação neutra justamente reforçando e colonizando mentes com valores burgueses, construindo uma cortina de isenção ideológica que entendemos ser impossível de existir.

Segundo Barbosa (2010, p. 25),

esse grupo se fortaleceu nos últimos anos, visto que em várias revistas nacionais foram publicadas reportagens difamatórias quanto ao ensino crítico de Geografia (...). Combatem o ensino crítico com o discurso da neutralidade, em oposição a uma suposta doutrinação. Dizem ainda representantes do movimento, “(...) exigem que o ensino seja voltado para a produção do conhecimento e para a difusão do mesmo (...)” (BARBOSA, 2010, p. 25).

É um discurso de fácil apelo popular, pois criminalizar o conceito de ideologia faz parte desse controle de ideias, reforçando que sempre estaria ligado às lutas de transformação social que supostamente criariam desordem no país.

Dirigentes políticos, responsáveis pela implantação de políticas públicas tem trazido esse debate de maneira bastante intensa. Implícito a esse discurso está a ocultação de grandes entraves para o sistema capitalista: a luta de classes e a ocupação desigual do território. Com o avanço do capitalismo e a maior apropriação dos recursos naturais, torna-se imprescindível que as camadas exploradas da sociedade tenham como naturalizadas essa apropriação para que sejam contidas. Aqui entra o papel da educação formal para sedimentar esses valores dominantes. Segundo Moreira,

A escola é o vetor de uniformização linguística por excelência. Unidades de escola são espalhadas pelo território nacional em construção, levando através do ensino fundamental a população a cultivar em todo país em unificação um mesmo padrão de leitura, cálculo e de escrita, criando cultural e materialmente um só sentimento unitário de espaço e tempo (MOREIRA, 2014, p. 06).

Observando essa realidade, devemos levar em conta algumas considerações para esse tipo de discurso que, considerado jocoso até pouco tempo, deve ser levado muito a sério pela sociedade, em especial para aqueles que atuam no campo da educação. Os sinais já estão bastante claros quando observamos as mudanças nas diretrizes das políticas educacionais, em especial esvaziando conteúdos das áreas de humanas via BNCC, como é o caso da Geografia. Para Barbosa, “a busca por uma escola neutra vincula-se a postura política de uma classe desejosa em perpetuar o *status quo* por meio do controle ideológico-político” (BARBOSA, 2010, p. 26).

Torna-se bastante preocupante, porque, em primeiro lugar esse discurso ganhou as eleições presidenciais, com reflexo nas Unidades da Federação, no congresso nacional, nos meios de comunicação, nos círculos relacionais de todas as camadas sociais. Além do próprio presidente, defensor de um programa ultraliberal na economia, foram eleitos mais 15 governadores de partidos com programas ideologicamente alinhados com a mesma pauta majoritária nacional.

Na câmara dos deputados federais, em que pese o Partido dos Trabalhadores ter feito, ao lado do Partido Social Liberal, a maior bancada, com 52 deputados, foram eleitos ao menos 307 por partidos considerados de direita ou aqueles classificados como fisiológicos; são os partidos do velho conhecido centrão que está dando sustentação ao governo Bolsonaro em troca de espaço político. Portanto, de um total de 513, mais da metade da câmara é alinhada às ideias ultraneoliberais que estão destruindo a estrutura de base do Estado brasileiro. No senado federal o cenário também não é muito diferente. Dos 81 senadores, 51 são representantes da direita ultraneoliberal.

Em segundo lugar, é importante considerar o forte teor ideológico desse discurso, quando este trata a educação como aparelho ideológico de Estado e insere a discussão da Escola Sem Partido, quando na verdade, trata-se de travar uma guerra para manter um partido e discurso único, eliminando, no campo das ideias, tudo o que possa ameaçar a centralização do poder e a dominância de classes.

Esse projeto começa ganhar contornos em meados dos anos 2000, quando o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva estava na metade de seu primeiro mandato. Foi um grande ataque, pois inicialmente fora criada uma página de internet para denúncias contra possíveis atos de doutrinação por parte de professores.

Claramente estava estabelecida a luta de classes no campo da educação. De um lado um governo que tentava implementar políticas afirmativas de educação, tais como: lei de cotas 12.711/2012, programas de financiamento educacional como o PROUNI, com a lei 11.096/2005 e ampliação do FIES, criação de escolas técnicas como os Institutos Federais etc. De outro lado, a elite dominante lutando para não perder espaço e poder construir e consolidar a narrativa da doutrinação educacional.

No campo da construção de ideologia e consciência, a escola tem tido papel fundamental. Althusser (1983) afirma que, há que se construir o controle no campo das ideias, por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado e, caso não se resolva, far-se-á necessário o uso da força por meio dos aparelhos repressivos do Estado. O que os diferencia, segundo Althusser, é que o “Aparelho Repressivo de Estado funciona pela violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia” (ALTHUSSER, 1983, p. 46). É evidente que, para além da escola, podem existir outros aparelhos ideológicos, tais como as religiões e suas respectivas igrejas. Mas a escola vem com grande respaldo social, inclusive com a falsa impressão da neutralidade.

Movimentos conservadores como o “Projeto Escola sem Partido”, defendidos pelo atual governo, vislumbram construir a ideia da desideologização da educação. Para os defensores dessa pauta, a escola deve unicamente formar indivíduos para o mundo do

trabalho. Esse seria o objetivo final da educação. Ainda para esses, a doutrinação marxista distorce o processo e não auxilia na construção de uma sociedade mais produtiva.

Entretanto, como defende o Professor Tulio Barbosa, em seu artigo Ensino da Geografia: novos e velhos desafios, “as relações ensino e aprendizagem, aluno-professor, escola-comunidade: nunca são neutras” (BARBOSA, 2010, p. 27).

Mas, para manter a predominância das ideias da classe dominante, o discurso da ideologização continua, pois

para a manutenção das condições de classe são necessários fluxos que imobilizem o sujeito, este discurso quanto à neutralidade da escola e das ciências é um fator de anulação do sujeito levando aos fluxos, conforme Kosik (1995), da pseudoconcreticidade e impedindo que o sujeito construa sua própria história (BARBOSA, 2010, p. 27).

Nesse sentido, Barbosa (2010) aponta que se faz necessário refletir sobre o conceito de ideologia, buscando ampliar a perspectiva do senso comum. Desenvolver a concepção de sociedade de classes e a compreensão do território tem papel central nesse debate. A Geografia tem papel importante, pois o professor de geografia deve fomentar a crítica em todos os níveis e escalas, proporcionando aos alunos uma visão da totalidade e de participação crítica. Não basta apenas a simples observação das paisagens, faz-se necessário a compreensão e a intencionalidade de suas transformações e da própria apropriação do território.

A oposição a esses movimentos passa por transformações na perspectiva que se constrói nas escolas. Sendo assim, Santos (1996) diz que é necessária uma Geografia engajada ou cidadã.

Como primeira observação, lembremos que a cidadania se dá segundo diversos níveis. Sobretudo neste país, todos não são igualmente cidadãos, havendo os que nem são cidadãos e havendo os que não querem ser cidadãos, aqueles que buscam privilégios e não direitos (SANTOS, 1996, p. 07).

Tal perspectiva de pensamento geográfico pressupõe que essa ciência deve servir como instrumento de elucidação para que o indivíduo se reconheça no espaço como um agente e não como mero espectador. É colocado à Geografia essa tarefa, pois é a ciência construída a partir da análise e compreensão da construção do espaço. E isso deve ser trazido para a educação, abrindo a possibilidade de um outro olhar para as relações que são estabelecidas, tanto entre os seres humanos quanto com a natureza.

Uma das expectativas para a construção de uma sociedade com participação crítica está na condição de romper com a alienação, não apenas do trabalho, mas também do seu espaço de sobrevivência. Para Moreira (2009), essa alienação permite ao sistema usurpar de maneira que não haja resistência e sim conformismo como a ação. “Em outros termos, o capital necessita operar radical separação entre o trabalhador e a natureza, desfazer violentamente seus vínculos orgânicos com ela e seus recursos e assim separá-lo” (MOREIRA, 2009, p. 62).

É a naturalização das condições impostas e construídas historicamente pelo sistema. Segundo Cavalcanti (2010) ensinar Geografia é, antes de tudo, um modo de ensinar a pensar e a perceber a realidade. Realidade essa, que é altamente controlada pelos grandes agentes do capitalismo que, segundo Santos (1997) controlam e se apropriam dos mecanismos de desenvolvimento.

Assim

Nunca o espaço do homem foi tão importante para o destino da História. Se, como diz Sartre, compreender é mudar, fazer um passo adiante e ir além de mim mesmo, uma geografia re-fundada, inspirada nas realidades do presente, pode ser um instrumento eficaz, teórico e prático, para a re-fundação do Planeta (SANTOS, 1997, p. 39).

Ou ainda,

A Geografia desvenda com maestria as máscaras sociais com as quais procuram obscurecer a visão crítica da sociedade sobre o conteúdo técnico, científico e informacional utilizado pelo capitalismo globalizado para transformar o espaço em prol do seu projeto de concentração e reconcentração de riqueza (MAGNONI JUNIOR, 2018, p. 185).

Essas são considerações muito relevantes que precisam ser colocadas em prática efetivamente pelos Professores de Geografia que julgam necessárias transformações que tragam justiça e desenvolvimento social para além das relações de exploração disseminadas pelo capitalismo. Não há como romper com a desigualdade sem questionar e desnaturalizar as relações de exploração dominantes nesse contexto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As grandes potências econômicas percebem a importância de ter um povo instruído e conhecedor da geografia, mas não estimulam isso nos países que lhes são subordinados, como acontece claramente no Brasil atual. Um governo que não valoriza as ciências e a educação voltadas ao pensar, que permite aos indivíduos adquirir capacidade de produzir contestações, que utiliza a fé para moralizar e doutrinar a forma de existir e viver vai servir aos propósitos de grandes conglomerados econômicos, com intuito único de gerar mão de obra barata e desinformada, além de ser fácil de ser manipulada.

A falta de um olhar crítico sobre o sistema que produz a ideologia dominante torna o país uma presa fácil para as grandes potências. Além disso, a falta de sensibilidade humana tem tornado as relações entre os seres humanos e com a natureza ainda mais desarmoniosas. Nas palavras de Freire (2000, p. 31) “Se a educação sozinha não transforma uma sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

O que podemos perceber em nosso país é que há um processo constante de desmonte dos sistemas públicos, em especial da educação. É evidente o objetivo dessas ações. Mas é também evidente o quanto o discurso apolítico tem capilaridade na sociedade. É justamente esse discurso, que construiu a ideia de que a educação é ideologizada, que consolida a não construção da educação pública e gratuita.

É uma tarefa complexa, pois a educação é de fato ideológica. E isso não deveria ser criminalizado, mas sim esclarecido, para que os indivíduos saibam qual é seu lado. A classe trabalhadora, que corresponde a maior parte dessa população, que depende em maior grau do Estado, é a mais afetada e é a que operacionaliza a destruição dessas políticas públicas, sendo iludida que é possível uma educação neutra.

Como aponta Cavalcanti (2010) a Geografia busca ampliar visão da sociedade e romper a dicotomia do local com o Global, especialmente pelo fato de vivermos em uma sociedade capitalista globalizada.

Deve também abarcar as relações com a natureza, com o intuito de tornar o indivíduo parte e não apenas espectador daquilo que ocorre no espaço geográfico. Como sugere Barbosa (2011), a Geografia deve elucidar as relações e suas intenções, passando pelas transformações oriundas da apropriação desigual dos territórios e de seus recursos e apresentar-se como contraponto a neutralidade da educação.

É exatamente a tal educação neutra que vai atender aos interesses daqueles que querem continuar controlando os rumos da sociedade e garantir seus privilégios e um legado de benefícios para seus descendentes.

Ainda, como afirma Paulo Freire, do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdade (FREIRE, 1998, p. 99).

Partindo dessa afirmação no contexto do atual sistema educacional, fica evidente que a escola e seu processo educativo não informa e sim omite e, ao invés de estimular, neutraliza o indivíduo.

Toda educação é ideológica, mesmo aquelas consideradas neutras, como já demonstrado aqui. A escola assume esse um caráter já na elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, quando faz suas reuniões como os pais e toda comunidade educacional para decidir o que e como vai ser ensinado.

Crer em uma postura neutra é impossível, pois valoriza um determinado conjunto de conhecimentos em detrimento de outros. Assumir um posicionamento ideológico é determinante sobre qual é a visão de mundo da escola e qual o tipo de formação as crianças devem ter.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BARBOSA, T. Contribuições marxistas para pensarmos o ensino de geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 52-73, jul./dez. 2011.
- BARBOSA, T. Ensino de geografia: novos e velhos desafios. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 32, p. 23-40, jan./jun. 2010.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. Fundamentos de uma teoria da violência simbólica. *In*: BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- CAESAR, G. **Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-umeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-anha-52-representantes.ghtml>. Acesso em: 06 abr. 2019.
- CAVALCANTI, L. de S. A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. *In*: SEMINÁRIONACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO, PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2010.
- DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Paz e Terra. 2016.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas e outros escritos**. São Paulo. Editora: UNESP. 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2011.
- GOMES, L. **1889: como um Imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram pra o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil**. São Paulo, 2013.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LÖWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 19. ed. São Paulo, 2010.
- MAGNONI, M. da M., MAGNONI JÚNIOR, L. Educação pública republicana de qualidade social. **Ciência Geográfica Bauru**, Bauru, v. 14, n. 1, p. 119-122, jan./dez. 2010.
- MAGNONI JÚNIOR, L. Educação e ensino de geografia de qualidade para a construção de uma sociedade democrática e resiliente. **Ciência Geográfica Bauru**, Bauru, v. 22, n. 1, p. 179-198, jan./dez. 2018.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MOREIRA, R. Do espaço local ao espaço de relações: perfil e trajetória das formações espaciais modernas. **Ciência Geográfica Bauru**, Bauru, v. 18, n. 1, p. 05-10, jan./dez. 2014. Disponível em: https://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVIII_1/agb_xviii1_versao_internet/agb_01_jandez2014.pdf. Acesso em: 06 abr. 2019.
- MOREIRA, R. **O que é geografia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção Primeiros Passos).
- PADILHA, A. M. L.; PUCCI, B.; RODRIGUES, C. A. O que move o movimento escola sem partido? **Comunicações**, Piracicaba: UNIMEP, v. 24, p. 267-282, 2017.
- PALMA FILHO, J. C. **A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas**. Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de formação: formação de professores, educação cultura e desenvolvimento / Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2010.
- PORTAL G1: **Apurações pelo Brasil**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/brasil/>. Acesso em: 06 abr. 2019.
- PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ROCHA, M. A. dos S. **A educação pública antes da independência**. Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de formação: formação de professores, educação cultura e desenvolvimento / Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2010.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção educação contemporânea).
- WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.